

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009154-20.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **JOÃO MARCELA DA CRUZ**
Requerido: **ITAUCARD FINANCEIRA - BANCO ITAUCARD SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ser cliente da ré, através de um cartão de crédito.

Alegou ainda que percebeu o desconto por parte da ré de valores atinentes a seguro, negando qualquer contratação dessa natureza.

Salientou que a ré teria promovido a denominada "venda casada", obrando de maneira indevida.

Almeja à restituição em dobro do montante a eles relativos e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A ré, a seu turno, sustentou em contestação a regularidade dos contratos celebrados com o autor relativos a planos de seguro que lhe prestou.

O documento de fl. 51 encerra os instrumentos celebrados entre as partes, com relação ao seguro Cartão Protegido + Residência, ficando esclarecido ainda que os outros seguros: acidente pessoais, seguro fatura protegida e seguro cartão protegido, foram contratado através de dupla fatura.

Muito embora se reconheça que a relação jurídica firmada está disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, incidindo por isso a regra do art. 6º, inc. VIII, desse diploma legal, reputo que inexiste lastro minimamente sólido a respaldar a versão exordial.

O autor não refutou que a assinatura aposta no aludido instrumentos fosse sua, mas observou que não tinha ciência dessas contratações e que elas importariam venda casada em relação ao cartão de crédito (esses sim) regularmente contraídos perante a ré. Também não refutou que efetuou o pagamento da dupla fatura com o intuito da contratação dos outros seguros.

Tais contratos encerram os dados que militam em favor da ré e o fato dela não ter amealhado outros que confirmassem em que circunstâncias foi feita a contratação deve ser analisado à luz da época em que teve vez (2012 e 2015 e início de 2016).

De qualquer sorte, nada foi contraposto a essa prova material.

O autor nesse contexto deixou de coligir um único indício que conferisse verossimilhança à sua explicação, a qual está lastreada somente em sua palavra.

Por fim, pesa contra o autor o largo espaço de tempo com a manutenção do status quo sem que ele ao menos percebesse a incidência de inúmeros descontos na fatura do seu cartão de crédito.

O quadro delineado conduz à rejeição do pedido inicial.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de abril de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**